

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	13
1.1 DIREITO CONSTITUCIONAL. NATUREZA CONCEITO. OBJETO.....	13
1.2 FONTES DO DIREITO CONSTITUCIONAL	14
1.3 ELEMENTOS DAS CONSTITUIÇÕES, SEGUNDO JOSÉ AFONSO DA SILVA	14
1.4 CONSTITUIÇÃO: SENTIDO SOCIOLÓGICO, SENTIDO POLÍTICO, SENTIDO JURÍDICO, SENTIDO CULTURALISTA.....	14
1.4.1 SENTIDO SOCIOLÓGICO	14
1.4.2 SENTIDO POLÍTICO.....	15
1.4.3 SENTIDO JURÍDICO.....	15
1.4.4 SENTIDO CULTURALISTA.....	16
1.4.5 KONRAD HESSE: A FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO.....	16
1.5 CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO	17
1.6 CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES	17
1.6.1 CLASSIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	19
1.7 FUNDAMENTOS DO PODER CONSTITUINTE	19
1.7.1 PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO E DERIVADO	19
1.8 REFORMA E REVISÃO CONSTITUCIONAL.....	20
1.8.1 POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO ATRAVÉS DE INTERPRETAÇÃO: MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL ..	21
1.9 NEOCONSTITUCIONALISMO (PÓS-POSITIVISMO OU CONSTITUCIONALISMO PÓS-MODERNO).....	22
CAPÍTULO 2 – PREÂMBULO E OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	23
2.1 PREÂMBULO CONSTITUCIONAL	23
2.2 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	24
2.2.1 FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (ART. 1.º)	24
I. SOBERANIA.....	24
II. CIDADANIA.....	24
III. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	25
IV. VALORES SOCIAIS DO TRABALHO E DA LIVRE INICIATIVA.....	26
V. PLURALISMO POLÍTICO	26
2.2.2 SEPARAÇÃO DOS PODERES (ART. 2.º)	27
2.2.3 OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DO BRASIL (ART. 3.º).....	28
2.2.4 PRINCÍPIOS DO BRASIL EM SUAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (ART. 4.º)	28
2.2.4.1 Asilo Político.....	29
2.2.4.2 MERCOSUL	30

CAPÍTULO 3 – DEFINIÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	33
3.1 DIREITOS FUNDAMENTAIS, DIREITOS DO HOMEM E DIREITOS HUMANOS	33
3.2 DIREITOS FUNDAMENTAIS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	34
3.2.1 GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E OS REMÉDIOS DO DIREITO CONSTITUCIONAL	35
4 CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	36
5 PERSPECTIVA OBJETIVA E SUBJETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	37
5.1 PERSPECTIVA OBJETIVA	37
5.2 PERSPECTIVA SUBJETIVA.....	37
6 FUNÇÕES DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	38
6.1 DIREITOS DE DEFESA	39
6.2 DIREITOS A PRESTAÇÕES POSITIVAS	39
7 A QUESTÃO TOPOGRÁFICA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS – O “CATÁLOGO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS”	40
8 A CONDIÇÃO ABERTA DO “CATÁLOGO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS”.....	41
9 CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS QUANTO À EVOLUÇÃO	43
9.1 DIREITOS FUNDAMENTAIS DE PRIMEIRA DIMENSÃO	43
9.2 DIREITOS FUNDAMENTAIS DE SEGUNDA DIMENSÃO	44
9.3 DIREITOS FUNDAMENTAIS DE TERCEIRA DIMENSÃO.....	44
9.4 DIREITOS FUNDAMENTAIS DE QUARTA DIMENSÃO?	44
9.5 DIREITOS FUNDAMENTAIS DE QUINTA DIMENSÃO?	45
9.6 QUADRO-RESUMO DA EVOLUÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	45
10 A RELATIVIDADE DAS LIBERDADES PÚBLICAS	46
10.1 NORMAS RESTRITIVAS E NORMAS CONFORMADORAS A DIREITOS FUNDAMENTAIS – DIFERENÇAS	46
10.2 RESTRITÕES DIRETAMENTE CONSTITUCIONAIS	47
10.3 RESTRITÕES INDIRETAMENTE CONSTITUCIONAIS	47
10.4 LIMITES IMANENTES.....	48
11 COLISÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS	48
12 A CONDIÇÃO DE CLÁUSULA PÉTREA DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS	49
13 SUJEITOS E O ÂMBITO DE VALIDADE DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	51
13.1 BRASILEIROS E ESTRANGEIROS RESIDENTES NO PAIS	51
13.2 PESSOAS JURÍDICAS	52
13.3 ENTES DESPERSONALIZADOS E NÚCLEOS PATRIMONIAIS.....	52
13.3 PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO.....	53
14 PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	53
14.1 PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE	54
14.2 PRINCÍPIOS PARCIAIS DA PROPORCIONALIDADE (SUBPRINCÍPIOS).....	54
15 A APLICABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES DE DIREITO PRIVADO (EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS).....	56
16 PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO SOCIAL.....	58
17 PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE PROTEÇÃO DEFICIENTE	59

CAPÍTULO 4 – NACIONALIDADE	61
4.1 CONCEITO DE NACIONALIDADE	61
4.2 ESPÉCIES DE NACIONALIDADE	61
4.3 CRITÉRIOS PARA ESTABELECIMENTO DA NACIONALIDADE ORIGINÁRIA	62
4.4 HIPÓTESES CONSTITUCIONAIS DE AQUISIÇÃO DA NACIONALIDADE ORIGINÁRIA (BRASILEIROS NATOS).....	62
4.5 HIPÓTESES CONSTITUCIONAIS DE AQUISIÇÃO DE NACIONALIDADE ADQUIRIDA (BRASILEIROS NATURALIZADOS). NATURALIZAÇÃO ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. 65	
4.5.1 NATURALIZAÇÃO ORDINÁRIA (COMUM)	65
4.5.2 NATURALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA (QUINZENÁRIA)	65
4.6 DIFERENÇAS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	66
4.7 PERDA DO DIREITO DE NACIONALIDADE.....	66
4.8 EXCEÇÕES CONSTITUCIONAIS DE DUPLA NACIONALIDADE	67
CAPÍTULO 5 – DIREITOS POLÍTICOS	69
5.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS	69
5.1.1 DIREITOS POLÍTICOS.....	69
5.2 DIREITOS POLÍTICOS POSITIVOS E DIREITOS POLÍTICOS NEGATIVOS.....	69
5.2.1 DIREITOS POLÍTICOS POSITIVOS.....	69
5.2.1.1 Capacidade eleitoral ativa	70
5.2.1.2 Plebiscito e Referendo. Diferenças	70
5.2.1.3 Condições de elegibilidade	70
5.2.2 DIREITOS POLÍTICOS NEGATIVOS.....	71
5.2.2.1 Inelegibilidades	71
5.2.2.2 Outras inelegibilidades previstas em Lei Complementar. (art. 14, § 9.º)	72
5.3 AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO (ART. 14, §§ 10 E 11).....	74
5.4 PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS PREVISTAS NO ART. 15 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	75
5.5 A LEI QUE ALTERA O PROCESSO ELEITORAL (ART. 16).....	76
5.6 PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17).....	76
CAPÍTULO 6 – A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO	79
6.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	79
6.2 A FEDERAÇÃO	81
6.2.1 A ORIGEM DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA	81
6.2.2 ENTES FEDERATIVOS BRASILEIROS	81
6.2.2.1 União (art. 1.º e art. 18).....	82
6.2.2.2 Estados-Membros (art. 1.º, art. 18 e art. 25).....	82
6.2.2.3 Municípios (art. 1.º, art. 18 e art. 30).....	83
6.2.2.4 Distrito Federal (art. 1.º, art. 18 e art. 32).....	84
6.2.3 O PRINCÍPIO DA INDISSOLUBILIDADE DA FEDERAÇÃO	84
6.3 REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS	85

6.3.1	REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM MATÉRIAS ADMINISTRATIVAS	85
6.3.2	REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM MATÉRIAS LEGISLATIVAS	85
6.3.3	COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES DIFERENÇAS.....	85
6.4	INTERVENÇÃO FEDERAL (ARTS. 34 A 36)	86

CAPÍTULO 7 – ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

7.1	CONCEITOS BÁSICOS E FUNDAMENTAIS.....	87
7.2	PODER LEGISLATIVO DA UNIÃO: CONGRESSO NACIONAL (ART. 44)	88
7.2.1	LEGISLATURA	88
7.2.2	COMPETÊNCIAS DO CONGRESSO NACIONAL	88
7.2.3	REUNIÕES DO CONGRESSO NACIONAL	89
7.2.4	PRESIDÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL. A MESA DIRETORA	89
7.2.5	SUBSTITUIÇÃO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO.....	89
7.2.6	AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO (CPI – ART. 58, § 3.º).....	90
7.2.6.1	Finalidade das Comissões de Inquérito	90
7.2.6.2	Disciplina legal	90
7.2.6.3	Prazo da CPI	90
7.2.6.4	Poderes das CPIs e a possibilidade de controle judicial	91
7.3	CÂMARA DOS DEPUTADOS	92
7.4	SENADO FEDERAL.....	92
7.5	IMUNIDADES PARLAMENTARES	93
7.5.1	INVESTIGAÇÃO POLICIAL E IMUNIDADES PARLAMENTARES	97
7.5.2	IMUNIDADES DE PARLAMENTARES ESTADUAIS	97
7.6	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ARTS. 70 A 75).....	98
7.7	PODER EXECUTIVO DA UNIÃO.....	98
7.7.1	PRESIDENTE DA REPÚBLICA COMO CHEFE DE ESTADO E CHEFE DE GOVERNO. FUNÇÕES PRESIDENCIAIS....	99
7.7.2	AS RESPONSABILIDADES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	99
7.7.2.1	Os crimes de responsabilidade do Presidente da República	100
7.7.2.2	O processo dos crimes de responsabilidade	100
7.7.2.3	O processo dos crimes comuns	102
7.8	SUCESSÃO PRESIDENCIAL	104
7.9	PODER JUDICIÁRIO	105
7.9.1	A INSTITUIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 45/04.....	106
7.9.2	COMPETÊNCIAS PARA JULGAMENTOS PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	108
7.9.3	PRINCIPAIS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 45/04 (REFORMA DO JUDICIÁRIO) 110	
7.9.4	A REGRA DO “QUINTO CONSTITUCIONAL” (ART. 94 DA CF/88).....	111
7.9.5	A ESTRUTURA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES DO PODER JUDICIÁRIO	112

CAPÍTULO 8 – PROCESSO LEGISLATIVO CONSTITUCIONAL.....

8.1	EMENDAS À CONSTITUIÇÃO	115
8.2	LEIS COMPLEMENTARES	116
8.3	LEIS ORDINÁRIAS	116

8.3.1	PROCESSO LEGISLATIVO DAS LEIS ORDINÁRIAS.....	116
8.4	LEIS DELEGADAS.....	118
8.5	DECRETOS LEGISLATIVOS	119
8.5.1	DECRETOS LEGISLATIVOS E OS TRATADOS INTERNACIONAIS (DUALISMO TEMPERADO)	120
8.6	MEDIDAS PROVISÓRIAS	121
8.6.1	NATUREZA JURÍDICA	121
8.6.2	PRESSUPOSTOS	121
8.6.2.1	Controle judicial dos pressupostos constitucionais	121
8.6.3	VIGÊNCIA E PERDA DE EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS.....	122
8.6.4	A POSSIBILIDADE DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL PARA APRECIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS EDITADAS DURANTE OS PERÍODOS DE RECESSO	123
8.6.5	A POSSIBILIDADE DA APRECIÇÃO (CONVERSÃO/REJEIÇÃO) DE MEDIDAS PROVISÓRIAS POR PARTE DAS COMISSÕES PERMANENTES DAS CASAS DO CONGRESSO NACIONAL (“DELEGAÇÃO INTERNA CORPORIS”) .	124
8.6.6	MEDIDAS PROVISÓRIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	124
CAPÍTULO 9 – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE		125
9.1	CONCEITO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	125
9.1.1	PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO	125
9.1.1.1	Supremacia material e supremacia formal	126
9.2	ESPÉCIES DE INCONSTITUCIONALIDADES.....	126
9.3	CONTROLE PREVENTIVO DE CONSTITUCIONALIDADE	127
9.4	CONTROLE REPRESSIVO DE CONSTITUCIONALIDADE	127
9.4.1	CONTROLE REPRESSIVO PELO PODER LEGISLATIVO.....	128
9.4.2	CONTROLE REPRESSIVO REALIZADO NO PODER EXECUTIVO.....	128
9.4.3	CONTROLE REPRESSIVO PELO PODER JUDICIÁRIO	129
9.4.3.1	Características Gerais do Controle Difuso de Constitucionalidade.....	129
9.4.3.2	Características Gerais do Controle Concentrado de Constitucionalidade	133
9.4.3.3	As vias de controle concentrado: ADI, ADC, ADI INTERVENTIVA, ADI POR OMISSÃO e ADPF.	136
9.5	DEMAIS CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES SOBRE O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	141
9.5.1	O PAPEL DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO.....	141
9.5.2	O PAPEL DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA.....	141
9.5.3	SÚMULA VINCULANTE	142
9.5.4	AMICUS CURIAE.....	142
9.5.5	PERTINÊNCIA TEMÁTICA NO CONTROLE CONCENTRADO	143
9.5.6	TEORIA DA TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES	143
9.5.7	INCONSTITUCIONALIDADE CHAPADA.....	144
9.5.8	OBJETO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	144
9.5.9	RECLAMAÇÃO	146
9.5.10	INCONSTITUCIONALIDADE POR ARRASTAMENTO	146
9.5.11	A NOVA REGULAMENTAÇÃO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO E A POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE CAUTELARES.	147

CAPÍTULO 10 – FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	149
10.1 DEFINIÇÃO.....	149
10.2 MINISTÉRIO PÚBLICO.....	149
10.2.1 ESTRUTURA ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	150
10.2.1.1 Ministério Público do Tribunal de Contas	150
10.2.2 QUADRO DE NOMEAÇÃO, MANDATO, RECONDUÇÃO E DESTITUIÇÃO DO PROCURADOR-GERAL	151
10.2.3 PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ART. 127, § 1.º).....	152
10.2.4 FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	152
10.2.5 PODER DE INVESTIGAÇÃO E O MP	153
10.2.6 GARANTIAS DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	153
10.2.7 VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	154
10.2.8 CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	155
10.3 ADVOCACIA PÚBLICA.....	156
10.4 ADVOCACIA PRIVADA.....	156
10.5 DEFENSORIA PÚBLICA.....	159
CAPÍTULO 11 – DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	161
11.1 DEFINIÇÃO.....	161
11.2 PRINCÍPIOS REGENTES DO SISTEMA CONSTITUCIONAL DE CRISES.....	161
11.3 SITUAÇÕES CONSTITUCIONAIS DE DECRETAÇÃO.....	162
11.4 QUADRO-RESUMO DOS ESTADOS DE DEFESA E DO ESTADO DE SÍTIO	163
11.5 FORÇAS ARMADAS	165
11.5.1 DENOMINAÇÃO, DIREITOS E VEDAÇÕES.	165
11.5.2 HABEAS CORPUS EM RELAÇÃO ÀS PUNIÇÕES DISCIPLINARES DOS MILITARES	165
11.5.3 SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO E SOLDADO INFERIOR AO SALÁRIO-MÍNIMO	166
11.6 SEGURANÇA PÚBLICA.....	166
11.6.1 QUADRO-RESUMO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA	167
11.7 GUARDA MUNICIPAL	169
CAPÍTULO 12 – EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	171
12.1 EFICÁCIA E APLICABILIDADE DA NORMA CONSTITUCIONAL.....	171
12.2 CLASSIFICAÇÃO DE JOSÉ AFONSO DA SILVA	171
12.2.1 NORMAS DE PRINCÍPIO INSTITUTIVO.....	172
12.2.2 NORMAS DE CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	172
12.3 NORMAS DE EFICÁCIA EXAURIDA.....	172
12.4 CLASSIFICAÇÃO DE MARIA HELENA DINIZ.....	173
BIBLIOGRAFIA	175